

Resumo:

O presente trabalho busca abordar como foi categorizado o outro no passado. Este outro foi repugnado ou, no mínimo, tolerado, devido a sua antagônica natureza de culto religioso ou por ser opositor bélico, no século XVII, nas Guerras Brasileiras, entre holandeses e portugueses. Para alcançar tal objetivo, se examinará as declarações do Padre Antônio Vieira, do Humanista e Predicante Protestante Gaspar Barléus e do Embaixador português Francisco de Andrade Leitão, em que, o outro é visto conforme as suas convenções e princípios sociais. Estes se apresentam como detentores da verdade histórica, atribuindo a visão do outrem como influência da ação demoníaca, como falsa ou criada pela convivência pouco amistosa. Destarte, a representação foi um instrumento de julgamento, levando ao estado de pouca compreensão sobre o próximo e conectada as relações sociais e ao lugar social de elaboração de conhecimento.

Palavras-chave: Representação, Guerras Brasileiras e Verdade.

O período colonial do “Brasil” é marcado por um processo de dominação exploratória dos recursos econômicos. A organização social no “Brasil colônia”, com a colonização, ocorreu de modo fortuito, determinada pelo desejo de enriquecimento do colonizador, florescendo uma ímpar história social transcultural, miscigenada e ocidentalizada, repleta de convivências e formulações hierárquicas.²

A representação, como instrumento de classificação, demonstra a concepção sobre algo ou outrem e pertence a pessoas que podem ou não exprimir idéias de um grupo social. São gerados pareceres sobre as crenças, o nascimento, as características e a visão de mundo do outro, surgidas em momentos de divergências e do estado de superioridade de uns perante outros.

As relações pessoais ocorreram desigualmente para com alguns grupos sociais nas colônias. A Inquisição perseguia Judeus, brancos, mulatos, mamelucos e índios; os escravos eram mercadorias para comerciantes e senhores de engenho, apesar da existência das relações de negociações e conflitos; o colono era inferiorizado pela sua situação de nascimento; os ameríndios eram chamados por categorias maniqueístas. Outras convivências se estabeleceram em coexistências menos desiguais: as ordens religiosas disputavam-se pela posse dos índios e por suas doutrinas institucionais; os bandeirantes eram contrários aos aldeamentos Jesuítas e estes aos apresamentos bandeirantes.³

Ginzburg nos apresenta o conceito de representação da seguinte forma:

“Por um lado, a ‘representação’ faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contradição pode ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar.”⁴

Através desse conceito, a história colonial da América aparece como um momento importante, de modo a ajudar na compreensão do homem moderno que se formou - afeito a religião, mas firme nas interações terrenas -, criando representações do seu lugar social.

É possível o estudo do outro no Brasil holandês?

Quase sempre o outro foi desumanizado e caracterizado como ruim, visto como inferior e quase nunca como igual ou superior. Essas concepções aparecem em momentos de “‘choques’, ‘conflitos’, ‘competições’ e ‘invasões’ culturais”.⁵

O outro pode ser identificado e concebido em três planos divergentes de categorização: “axiológico” (de julgamento de valor, ligado a moral); “praxiológico” (de aproximação ou distanciamento); “epistêmico” (conhecer ou ignorar).⁶ Ele pode ser captado de muitas maneiras, demonstrando o grau de relações estabelecidas entre o formulador e quem é concebido, evidenciando uma maneira particular de ver o outrem.

Muito se tem falado sobre como os grupos superiores vislumbraram os que estavam em condição de subjugação. As perguntas que ficam são: será possível ampliar a abordagem sobre o outro, percebendo a visão de um europeu sobre outro europeu, mesmo este possuindo características semelhantes? Como o holandês viu o português e vice-versa nas Guerras Brasileiras?

Algumas assertivas sobre o Brasil Holandês

O “Brasil holandês” foi o período de dominação da União de Utrecht⁷ sobre boa parte do nordeste “brasileiro”, no século XVII, durando 24 anos - de 1630 até 1655 -, disputando possessões territoriais com a Espanha e Portugal, iniciada com a conquista da Bahia, em 1624, perdendo-a em 1625. Nesse período de Brasil holandês, Portugal buscou licitar a sua autonomia perante a Espanha e reafirmar o domínio de suas antigas

colônias, desde 1640. A União de Utrecht buscava também a sua autonomia perante a Espanha desde 1579, embora só reconhecida em 1648, e visava conquistar novas colônias.

O “Brasil” era próximo das demais colônias ultramarinas que lhe davam suporte.⁸ Os holandeses perceberam isso e viram a necessidade de conquistá-las. Assim, tomaram São Jorge da Mina, na Guiné, em 1638; São Tomé e Príncipe, em 1640; Luanda, em Angola, em 1640; e Malaca, em 1641, dentre outras. Boxer chama essas disputas de “a primeira Guerra Mundial”⁹, devido as “lutas pelos sete mares”, e pela participação de “ingleses, dinamarqueses, congolanos, persas, indonésios, cambojanos e japoneses”.¹⁰

Perante esse processo de disputas, vários autores dos três lados, escreveram sobre essas guerras. Criaram representações sobre o outro, geradas em uma situação de proto-nacionalismo¹¹, cujo lugar social aparece envolvido em meio à troca de favores entre Estados e súditos. Os autores usaram níveis e estilos literários e argumentos com teores variados de proselitismo.

Algumas representações de Vieira

Antônio Vieira foi um padre Jesuíta, também embaixador na Holanda, em 1646 a 1647. Criador de vários sermões, abordando múltiplos problemas religiosos e da sociedade portuguesa, ele apareceu, no século XVII, como um dos principais expoentes na disputa pela verdade, sendo um dos principais que categorizou o outro nas “guerras brásilicas”.

Segundo Vieira, em seu sermão¹², de 1640, as derrotas militares dos portugueses pelos holandeses teriam efeitos na terra, mas, a explicação estaria no campo espiritual, de modo que a negatividade do outro é formulada por meio deste princípio. Os Portugueses são os escolhidos por Deus e os holandeses pelo diabo. As derrotas seriam um teste de fé do povo escolhido, os portugueses, e não uma consequência dos seus pecados, refutando assim, a tese da justiça de Deus em castigá-los.¹³

Nega o fator material da decadência, mas destaca o fato da anexação do reino português ao da Espanha como importante fator.¹⁴ Diz que só restou a honra portuguesa, e que “esta a passos contados se vai perdendo; e que aquele nome português, tão celebrado nos anais da fama, já o herege insolente com as vitórias o afronta”.¹⁵

O outro é retratado de forma maniqueísta. A luta entre Deus e o diabo estaria sendo transplantada para a Terra entre portugueses e holandeses. Nessa disputa, Deus estaria perdendo, pois os holandeses realizam atos brutais. Vieira quer mudar a situação do seu povo, devendo mostrar a Deus que o lado bom e verdadeiro é o do português.

O outro não é superior, são instrumentos do “diabo”, hereges, blasfemos, indignos de confiança e repugnantes. São vistos como homens bárbaros e amorais que agem impunemente, pois, “os velhos, as mulheres, os meninos (...), morrem como ovelhas inocentes às mãos cruelmente heréticas”. São perversos, pois “os que podem escapar à morte, desterrando-se a terras estranhas, perdem a casa e a pátria”.¹⁶ São piratas, pois matam e roubam os bens dos portugueses, sendo desumanos em suas ações que visam desestruturar a sociedade portuguesa, tirando a paz e a harmonia social.

Vieira se preocupa em legitimar a sua religião como a verdadeira e não vê o outro como um ser merecedor de respeito pelas suas crenças. Discorda dos holandeses dizerem que eles são os escolhidos por Deus e que os seus feitos comprovam isso. Refuta tais ideias chamando os holandeses de “hereges insolentes” e pede que Deus intervenha, pois tais feitos do outro são argumentos fortíssimos de convencimento.¹⁷

Ele exige o castigo divino para os holandeses, pois estes ameaçam a hegemonia Católica, prejudicando o padroado Jesuíta e a evangelização dos índios, segundo as ordenanças dos reis de Portugal.¹⁸ Prevê o fim da religião Católica nas colônias e ataca a Reforma Protestante como motivo para isso.¹⁹ O que está em jogo é o próprio nome de Deus e pede que ele volte atrás o mais rápido possível, pois, o que dirão e acontecerão aos gentios, incapazes de discernir sobre a verdadeira fé, cujo “herege” “torpe e brutal” possui a quase “brutalidade” destes, facilitando a aceitação dos índios à falsa fé.²⁰

Algumas representações de Barléus

Vejamos agora Gaspar Barléus - Gaspar Van Baerle, Caspar Van Baerle²¹ ou Caspar Barlaeus. Ele foi teólogo e clérigo protestante da corrente Arminiana, doutor em Medicina e humanista. Escreveu poemas e um livro²², em 1647, que visava analisar os atos de João Maurício de Nassau-Siegen e a “geografia, a geologia, a flora, a fauna e a etnografia da região ocupada pelos holandeses”²³, embora, não conhecesse a América.²⁴

O outro é o português e fala dele de forma materialmente. Um dos exemplos é a derrota em 1625, na Bahia, mas pouco valoriza o outro. Sua explicação é endógena ao

Holandês. Ele diz: “tendo-nos antes dela senhoreado com varonil audácia, fomos depois privados por feminil covardia, por se haverem os guardas entregado à lascívia (...).”²⁵

Barléus afirma que o Brasil foi separado geograficamente por Deus, de forma natural e, politicamente, pelos holandeses.²⁶ Ele não reconhece a posse da terra pelos portugueses, devendo negociar a terra diante da superioridade militar holandesa e, se não aceitarem, veriam a “força e valor dos homens” holandeses. Dentre eles, ressalta Nassau como manifestação da providência divina, que conduziu cordialmente e apaziguou os ânimos de todos.²⁷ Ele é o exemplo de respeito e símbolo da política da boa convivência, sendo um governante justo e reto, mas que não deixa de usar a força.²⁸

Ele fala que administração portuguesa, de 1638, durante a segunda invasão holandesa a Bahia, sendo incapaz, devido “não lhe serem pagos os soldados, se inclinava para a rebelião”.²⁹ Na resistência do outro, enfatiza o poder de controle, a inteligência e o poder de diálogo de Nassau para com os seus em abandonar a guerra. Ele não valoriza os méritos de ataque e resistência do outro, sendo este espectador das decisões holandesas, cabendo-o esperar e reagir contra-atacando.³⁰

Tolera a derrota, mas não conclui pessimista. Deus está ao seu lado mesmo sem lhe atender. Ele é indagável, age e os homens devem silenciar-se. A derrota é ruim, todavia, apregoa o poder de discernimento dos holandeses em sair de circunstâncias adversas sem desorientarem-se. A derrota não veio pelo valor, vigor e a força do outro, mas sim, por causa do pequeno número de soldados da Holanda e da falta de mantimentos para continuar a guerra.³¹

O outro é infenso, indigno de confiança e arguto em relação aos seus verdadeiros anseios, escondendo-os. Destaca o antagonismo entre os dois lados, chamando-os de desaforados, desleais, cobiçosos, cheios de ódios, inferiores e pertencem a “segunda categoria de habitantes”. Além de que, reporta o perigo destes moraram nas cidades dominadas pelos holandeses.³²

Os portugueses são papistas.³³ Critica a crença portuguesa dizendo ser falsa. Os portugueses possuem pouca flexibilidade em ver as novas perspectivas, ou seja, a religião protestante, que é negada pelo outro como o caminho verdadeiro da fé cristã.³⁴

Algumas representações de Francisco de Andrade Leitão

Francisco de Andrade Leitão, doutor em Leis pela Universidade de Direito de Coimbra e embaixador português, desempenhou importante função na Grã-Bretanha, de 1640 a 1641, e na Holanda, de 1642 a 1643. Na Holanda, escreveu um documento de protesto à União de Utrech, visando reivindicar as conquistas holandesas de muitas colônias portuguesas, desde as do “Brasil”, na União Ibérica, até as de 1641, em pleno Tratado de Haia – uma aliança entre ambos que respeitava as possessões coloniais -, obtido pelo seu antecessor, Tristão de Mendonça Furtado.³⁵

Assevera diplomaticamente, apresentando aos “altos e poderosos senhores dos Estados e Ordens Gerais” o seu texto, pedindo que atentem as suas contestações. Questiona as conquistas dos holandeses, liderados pelo almirante Cornelis Cornelisz Jol - o Perna-de-pau, refutando as motivações e as ordens para tais. Diz que essas foram injustas, “fazendo tão pouco caso dos recados e razões que os moradores” tinham para protestar, como o acordo de não agressão por 10 anos. Assim, agiram com abuso de força e conscientes de serem agressores, sendo infiéis e agindo de forma fingida.

Ele protesta sobre o uso de índios nessas conquistas, devido a brutalidade de suas ações. Os holandeses são “usurpadores” e brutais, semelhantes aos índios em ações brutais. Agiram movidos pela “desordenada cobiça, ofendendo o direito das gentes, a fé pública, a confiança e a singeleza natural” dos portugueses. São traiçoeiros e não possuem e nem dão nenhuma forma de confiança, rompendo com a paz e as amizades estabelecidas.

Ele apregoa que “urbana, tão bem notadas e afeiçoadas palavras” os holandeses utilizem para restituir a Portugal suas perdas coloniais, ocorridas após o tratado de Haia. Espera que evitem qualquer “simulação ou fingimento de amizade”, que prevaleça o bom senso e a “observância” da situação, apela para a história, ao questionar como os posteriores veriam tais conquistas, dizendo que é “injusta e sem causa” as invasões.

Exceções à regra

Melo aborda em seu livro³⁶ a comunhão e a amizade entre algumas pessoas dos dois lados do confronto.³⁷ Ele indica que tais aproximações foram exceções e não existiu uma harmonia geral. Fala da desarmonia relatada nos documentos holandeses, carregados de menosprezos, que reduz o outro como falso. Na nota de rodapé nº 29, relata alguns xingamentos dos holandeses para com o outro, como: “traidores, cães,

cornudos.”³⁸ Por sua vez, os holandeses são acusados de maltratarem o gado e as plantações do outro.

Destarte, existiram alguns exemplos de amizades, relatada por Melo na mesma nota de rodapé dos xingamentos, alertando serem poucos e escassos os momentos de confraternização e as amizades no “Brasil Holandês”, como: as de João Fernandes Vieira e Jacob Stachhouwer, de Antônio Cavalcanti e o escolteto do Recife Paulo Antônio Daems e as de Rodrigo de Barros Pimentel, de Porto Calvo e de Gerard Crayenstein.³⁹

É muito mais fácil saber quem eram inimigos do que amigos, devido os diversos graus de hostilidades por múltiplos fatores (por causa das lutas nas Guerras Brasileiras, por causa de mercês a requerer, por causa dos engenhos, por causa dos empréstimos a serem tomados, por causa da religião etc., motivos não faltaram para isso). O que prevaleceu foi a relação de crítica sobre o outro e, exceto com alguns personagens históricos, a proximidade se evidenciou pelos interesses pessoais, pela troca de favores e não pelo prazer da companhia do outrem.

Melo enfatiza unilateralmente as ações e as declarações dos holandeses e, apesar de não negar as agressões verbais dos portugueses aos holandeses, retrata-as superficialmente, por não ser seu objeto de análise. Ambos declaravam-se inimigos, apesar das exceções. Fator provocado pela conjuntura de luta religiosa e material, motivada para reprimir, repreender e menosprezar a alteridade. Em diversos autores do século XVII, o outro é estereotipado como intolerável, maléfico, dominável, depreciável e rejeitável culturalmente.

Considerações Finais

Os atores históricos manifestaram-se em atmosferas culturais e situações que condizem com as suas sociedades em particular. Os autores envolveram-se em jogos de emaranhados desacordos, cuja licitude era reivindicar a sua função como portador da verdade sobre as relações conflituosas. Disseram o que deveriam dizer, refutaram o que achavam que deveriam questionar, mas, mormente, defenderam o que lhes eram mais apreciáveis, representando o espírito de lealdade para com os seus.

Se porventura pecaram, segundo nossos olhares atuais, podemos dizer que foi na tentativa de retratar a sua sociedade, deixando escapar ou retificando o papel do outro

como coadjuvantes, ou pior, tidos como filhos do demônio para alguns, cuja religião, fortemente influenciada pelas Reformas, se manifestou nas asseverações dos dois autores religiosos e a diplomacia no embaixador e doutor em Leis.

No anseio de lutarem para se manterem independentes politicamente, os autores acentuaram a visão sobre o outro, criando classificações de demérito e desprestígio.⁴⁰ No conflito militar, os autores religiosos disseram que o outro não era eficaz, pois são inferiores. Assim, disseram assertivas que fogem da verídica referência, negligenciando o outro. No caso do diplomata o que vale é a investida inquisitória, procurando licitar seus argumentos e, para isso, se valeu das relações de amizades.

Compreendemos que representar é observar com concepções predeterminadas, cujos argumentos são enviesados por fundamentos e características valoradas ou refutadas. O outro só pode ser representado se ele se encaixar ou se afastar dos preceitos que o autor quer ratificar. Representar é falar visando que outros corroborem com suas assertivas. Representar é querer que os seus ideais sejam legais, cabendo ao outro escutar, por muitas vezes, sem o direito de questionar e combater a imagem pintada.

Representar é divulgar os sentimentos. Representar é dizer o que sente sem importar-se com qualquer retaliação, com mais cautela na diplomacia - quando encontrado no cume social. Encobrir ou mascarar argumentos e identidades fazem os que se encontram em situação oposta. Mas, é representar, dizendo o que deve ser dito. É a verdade na cabeça de quem representa. É viver momentos com sensações humanas. É viver cada período histórico com suas peculiaridades. É preencher o “mundo” com palavras – mesmo que depreciativas. É saber que será ouvido, mesmo que não tenha tal pretensão. É responder as pessoas sobre determinadas situações, abordando fatores que lhes são relevantes, escolhendo cada assunto. É explanar carregado de motivações.

O homem moderno pôde se formar interagindo com o próximo ou com o distante culturalmente. A modernidade é marcada pela exploração do globo terrestre pelo europeu, de maneira que é mais do que normal que atributos e caracterizações sobre o outro ocorressem perante o espírito desbravador, heróico e superior dos europeus.

Como Jesuíta, Vieira concebe a sua sociedade usando o argumento da verdade religiosa. Para evitar um futuro trágico, catastrófico, ele deve intervir. Assim, acaba representando o outro, demonstrando o seu lugar social, ressaltando o seu papel de

intermediador entre Deus e o povo português. Com isso, o passado é visto com o olhar partidário que busca legitimar os atos dos seus e reprovar os dos seus oponentes, em que, a negação da religião do outro serve de instrumento explicativo para denotar a inferioridade deste.

Barléus, por ser humanista e por ser um protestante arminiano, apresenta estas características em sua narrativa, enaltecendo os valores dos holandeses, suprimindo o papel ativo dos portugueses, mesmo em suas vitórias bélicas. Barléus vê Deus de forma diferente de Vieira, pois, a crença na predestinação condicional, lhe dá a possibilidade de não ver tudo como uma ação divina, mesmo acreditando na permissividade divina.

Leitão acredita na diplomacia e ela é o caminho para solucionar os problemas portugueses, como o meio mais viável para selar laços de comprometimento e garantir a sobrevivência do fraco reino português - recém saído da União Ibérica. Não há espaço para a intervenção divina em seus argumentos, somente o bom senso diplomático.

Segundo Bloch,⁴¹ a História deve prestar contas sobre o passado, tendo um propósito social e: “Só voltando para trás o filme da história é que se tornava compreensível o último fotograma (o presente).”⁴² Presente este herdeiro do passado e, como Bhabha diz, o outro deve ser visto como pertencente a cultura humana, antes de ser visto pela diferença, ele deve ser visto como igual, como ser humano.⁴³

A História nos aparece, nesse estudo, como um pouco da preocupação de “História mestra da vida”, segundo as concepções da História pragmática. Assim, busca-se mostrar um pouco de como as pessoas foram categorizadas no passado, de maneira a ter ferramentas para uma reflexão de como nós podemos ver o outro e não repetir os mesmos erros das pessoas do passado. Não é uma abordagem revolucionária, nem moralista, mas sim reflexiva sobre as convivências em sociedade, cujo respeito pela alteridade deve ser buscado cotidianamente, aperfeiçoando-nos como cidadãos.

¹Gabriel Cordeiro Silva. Professor do Ensino Fundamental do Colégio Municipal Lourival Souto e do Ensino Fundamental e Médio do Colégio Estadual Naomar Alcântara. Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

²ORTIZ, Fernando. Del fenómeno de la "transculturación" y de su importancia en Cuba. In: **El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco**. Cuba: Editorial de ciencias sociales, La Habana, 1983. <http://www.ufrgs.br/cdrom/ortiz/ortiz.pdf>; FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990; e GRUZINSKI, Serge. **A Colonização do Imaginário. Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México Espanhol Séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³SILVA, Marco Antônio Nunes da. **O Brasil holandês nos cadernos do Promotor: Inquisição de Lisboa, século XVII**. São Paulo, 2003. Tese de doutorado, USP, Universidade de São Paulo. http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/O_Brasil_Holandês_nos_Cadernos_do_Promotor.pdf; SILVA,

Eduardo & REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. SOUZA, Laura de Mello. **O diabo na terra de Santa Cruz**. São Paulo: Cia das Letras, 1986; e HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

⁴GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira; nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p.85.

⁵BURKE, Peter. **Variedade de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.255.

⁶TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.183.

⁷A União Utrecht tinha a centralização na Monarquia Orange-Nassau e dos Estados Gerais, era composta por sete províncias - dentre elas a Holanda. Dessa maneira, em vez de usar o nome da União de Utrecht, utilizei o nome de Holanda para referir a estas províncias, por ser esta a que mais se destacou. Ver o livro VAINFAS, Ronaldo. **Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁸FRAGOSO, João Luís R. e FLORENTINO, Manolo G. **O arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

⁹BOXER, Charles. A luta global com os holandeses (1600-63). In: **O Império Marítimo Português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 120.

¹⁰Ibid., p.21.

¹¹Nos “Estados Absolutista” não existia nacionalismo, segundo Hobsbawm, apenas Estados “proto-nacionais”, em que o nacionalismo surge só no século XIX. HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p 11. Acesso em 22/12/2008.

¹²VIEIRA, Antônio. Parte I. In: **Sermão pelo Bom Sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda**. 1640, p. 1. (esta numeração como as outras à seguir, foram dadas por mim).

¹³ Ibid., p. 1.

¹⁴Ibid., p. 2.

¹⁵Ibid., p. 2.

¹⁶Ibid., p. 1-2.

¹⁷Ibid., p. 5.

¹⁸BOXER, Charles. O Padroado da Coroa e as missões católicas. In: **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 242-261.

¹⁹Ibid., p. 8.

²⁰Ibid., p. 8.

²¹SILVA, Leonardo Dantas. **O Brasil nassoviano**. Recife:Jornal do Comercio, 11.05.2000. <http://www2.uol.com.br/JC/2000/1105/art1105.htm> visto em 25 de junho de 2010.

²²BARLÉU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentes durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel Tenente-General de cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

²³Newton Freitas. <http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=213>. Acesso em 22/12/2008.

²⁴LUCIANI, Fernanda Trindade. BARLEUS: Oito anos de Nassau no Brasil. <http://www.brasiliana.usp.br/node/419> visto em 25 de junho de 2010.

²⁵BARLÉU, Gaspar, op.cit. p. 98.

²⁶Ibid., p. 44.

²⁷Ibid., p. 13.

²⁸Ver a obra de Ronaldo Vainfas (já citada acima), sobretudo, o capítulo “Desertores e Colaboradores”, pp. 92-102. Nesse capítulo o autor trabalha (como sugere o tema) com os contatos entre holandeses, portugueses e outros. Nele se pode ter uma maior visão sobre a dinâmica de interesses por traz de apoio ou não aos holandeses.

²⁹BARLÉU, Gaspar, op.cit. p. 101.

³⁰BARLÉU, Gaspar, op.cit. p. 105-106.

³¹BARLÉU, Gaspar, op.cit. p. 101.

³²Ibid., p. 152.

³³Ibid.,p. 159.

³⁴Ibid., p. 152.

³⁵LEITÃO, Francisco de Andrade: **Discurso político sobre o se aver de largar a coroa de Portugal, Angola, S. Thome, Maranhão, exclamado aos Altos, Poderosos Estados de Olanda... Pello D. Francisco de Andrade Leitão embaixador extraordinario nos mesmos Estados, por a Magestade**

Del Rey D. Ioam o IV, nosso Senhor, do seu Conselho. seu Desembargador do Paço. Lisboa: Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S., 1642.

³⁶MELO, José Antônio Gonçalves de. Atitude dos holandeses para com os portugueses e os judeus e as religiões católica e israelita. In: **Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil.** Recife: Massangana, 1987.

³⁷Ibid., Ver nota de rodapé nº32. Outros acabaram se direcionando para o lado do grupo que não fazia parte inicialmente, e outros correram de um lado para o outro. Ver nota de rodapé nº32.

³⁸MELO, José Antônio Gonçalves de. op cit. p. 239.

³⁹Ibid., op.cit. p. 238.

⁴⁰Tal atitude se apresentava em quase toda a sociedade, porém existiam algumas atitudes de cordialidade entre alguns integrantes de cada lado e, veremos mais a frente. A diplomacia entre estas sociedades “absolutistas” era uma ação estatal que refletia este espírito, pois tinha à princípio a função de espionagem da outra casa dinástica. Esse fator é discutido em ANDERSON, Perry. O Estado absolutista no Ocidente. In: **Linhagens do Estado absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 37.

⁴¹BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 41.

⁴²Idem. Les Caractères originiaux de l’histoire rural de française. Paris, 1952, p. XIV, p. 46 ss. (Trad. It. I caratteri originali della storia rurale francese. Turim, 1973, pp. XXIX e 42 ss. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.189.

⁴³BHABHA, Homi K. **El compromiso con la teoría.** <http://www.accpa.org/numero4/bhabha.htm>. Acesso em 22/12/2008. (detaque do autor).